

MEMÓRIA E PERMANÊNCIA TERRITORIAL: COEXISTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS AO AGRONEGÓCIO NO NORTE DE MINAS GERAIS E VALE DO JEQUITINHONHA¹

Ana Flávia Rocha de Araújo – UNIMONTES/Minas Gerais

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula – UNIMONTES/Minas Gerais

RESUMO

Este trabalho² apresenta resultados parciais de projeto de pesquisa desenvolvido junto a comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha, em contextos marcados pela expansão do agronegócio e pela implantação de grandes empreendimentos que incidem diretamente sobre os territórios, o acesso à terra e os modos de vida locais. A pesquisa articula trabalho de campo, formação comunitária e metodologias participativas, como oficinas da nova cartografia social, mapeamentos coletivos e o registro de narrativas orais e visuais. Os dados evidenciam que os impactos do agronegócio extrapolam a expropriação material da terra, afetando a saúde, o bem-estar e as formas de organização social, ao mesmo tempo em que intensificam processos de mobilidade e migração. Muitas famílias passam a "transitar" entre os territórios de origem e cidades médias e grandes, como Uberlândia, Belo Horizonte e São Paulo, configurando estratégias de coexistência que não implicam abandono definitivo da terra, mas a rearticulação de vínculos territoriais e redes de solidariedade. Nesse cenário, a memória coletiva assume papel central nas lutas pela terra, sendo mobilizada como prática política de resistência frente à desterritorialização promovida pelo agronegócio. A transmissão de saberes, a afirmação identitária e a valorização das histórias locais operam como formas de permanência territorial e de produção de outras políticas do possível, que escapam tanto ao enfrentamento direto quanto às narrativas hegemônicas do desenvolvimento. Os resultados indicam que as resistências não se limitam à oposição explícita aos empreendimentos, mas se expressam na reelaboração simbólica do pertencimento, na circulação de saberes e na construção cotidiana de alternativas que afirmam a terra como espaço de vida, memória e continuidade coletiva.

Palavras-chave: Migração; Conflitos Socioambientais; Resistências.

¹ "Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)".

² Resultado de pesquisa vinculado ao Projeto "Memórias de Resistência: Articulação de Saberes e Análise dos Impactos de Grandes Empreendimentos em Comunidades Tradicionais do Norte de Minas Gerais" (APQ-01217-23) – FAPEMIG.

INTRODUÇÃO

As transformações territoriais promovidas pela expansão do agronegócio têm provocado profundas mudanças nas formas de vida de povos e comunidades tradicionais em diferentes regiões do Brasil. No Norte de Minas Gerais e no Vale do Jequitinhonha, esses processos se manifestam por meio da intensificação da apropriação dos recursos naturais, da pressão sobre os territórios tradicionalmente ocupados e da reconfiguração das relações sociais, econômicas e ambientais. Diante desse cenário, a memória coletiva emerge como um importante instrumento de afirmação identitária, fortalecimento comunitário e defesa territorial.

Este artigo analisa as formas pelas quais as comunidades tradicionais dessas regiões mobilizam memórias, saberes e práticas culturais como estratégias de permanência e resistência frente ao avanço do agronegócio. Partindo da compreensão do território como espaço de vida, pertencimento e reprodução social, busca-se evidenciar como as experiências históricas compartilhadas contribuem para a construção de processos de coexistência, organização comunitária e enfrentamento das múltiplas formas de desterritorialização. Assim, a pesquisa destaca a centralidade da memória na manutenção dos vínculos territoriais e na luta pela continuidade dos modos de vida tradicionais em contextos marcados por conflitos e disputas pelo uso da terra.

O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO E AS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS NO NORTE DE MINAS GERAIS E VALE DO JEQUITINHONHA

O Norte de Minas Gerais e o Vale do Jequitinhonha constituem territórios marcados por uma expressiva diversidade sociocultural e ambiental, onde vivem gerações de povos e comunidades tradicionais, entre eles vazanteiros, geraizeiros, quilombolas, indígenas, veredeiros e ribeirinhos. Ao longo do tempo, esses grupos construíram formas particulares de relação com a terra, as águas e os recursos naturais, desenvolvendo modos de vida fundamentados no uso comum dos territórios, na agricultura familiar, no extrativismo e na transmissão intergeracional de saberes e práticas culturais (DAYRELL, 1998; POZO, 2002).

Entretanto, a partir da segunda metade do século XX, essas regiões passaram por profundas transformações decorrentes da implementação de políticas de desenvolvimento voltadas para a integração econômica do semiárido mineiro. Com a incorporação do Norte de Minas à área de atuação da SUDENE, em 1965, intensificaram-se os investimentos

estatais destinados à modernização produtiva, promovendo a expansão da monocultura do eucalipto, da pecuária extensiva, dos projetos de irrigação e, mais recentemente, da mineração em larga escala (RODRIGUES, 2000; ANAYA, 2006).

Sob o discurso do desenvolvimento e da modernização, esses empreendimentos reconfiguraram profundamente os territórios tradicionalmente ocupados, alterando formas históricas de acesso e uso dos bens naturais. A expansão das monoculturas e dos grandes projetos agroindustriais provocou processos de concentração fundiária, redução das áreas de uso comum e crescente pressão sobre os recursos hídricos, afetando diretamente as condições de reprodução social das comunidades tradicionais (SILVA, 2000; ACSELRAD, 2004).

No Vale do Jequitinhonha, assim como no Norte de Minas Gerais, o avanço do agronegócio tem sido acompanhado pela intensificação dos conflitos territoriais e socioambientais. A ampliação de atividades voltadas à produção de commodities agrícolas e à exploração mineral tem produzido novas formas de apropriação dos territórios, frequentemente incompatíveis com os modos de vida das populações locais. Tais processos evidenciam disputas entre diferentes racionalidades territoriais: de um lado, a lógica mercantil de exploração dos recursos naturais; de outro, as formas comunitárias de ocupação e gestão do território, baseadas na memória coletiva, nos vínculos de pertencimento e nas práticas tradicionais de uso da terra (PORTO-GONÇALVES, 2006; LITTLE, 2002).

Apesar das múltiplas pressões exercidas pelos grandes empreendimentos, as comunidades tradicionais não se apresentam como sujeitos passivos diante dessas transformações. Ao contrário, mobilizam memórias, identidades e formas coletivas de organização para reafirmar seus direitos territoriais e garantir a continuidade de seus modos de vida. Nesse contexto, a memória emerge como elemento fundamental na construção de estratégias de resistência e permanência territorial, permitindo que conhecimentos, histórias e experiências compartilhadas fortaleçam os processos de defesa dos territórios frente ao avanço do agronegócio e de outras iniciativas voltadas à exploração intensiva dos recursos naturais.

Assim, compreender as transformações recentes no Norte de Minas Gerais e no Vale do Jequitinhonha exige analisar não apenas os impactos dos projetos de desenvolvimento sobre os territórios, mas também as formas de coexistência, resistência e reexistência construídas pelas comunidades tradicionais, que seguem reafirmando sua

presença e seus vínculos históricos com a terra em meio às disputas contemporâneas pelo território.

Nas comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha, os conflitos territoriais decorrentes do avanço do agronegócio e da mineração são vivenciados cotidianamente e percebidos pelos moradores não apenas como ameaças materiais aos seus territórios, mas também como processos que afetam profundamente seus modos de vida, suas relações sociais e suas referências culturais. Nesse contexto, as memórias coletivas tornam-se importantes instrumentos de interpretação das transformações em curso e de fortalecimento das estratégias de resistência e permanência territorial.

Na comunidade de Canabrava, localizada entre os municípios de Buritizeiro e Ibiaí, os moradores relatam um processo contínuo de "encurralamento" territorial provocado pela expansão do agronegócio e pela presença de grandes propriedades rurais em seu entorno. O cercamento de áreas tradicionalmente utilizadas pela comunidade tem reduzido o acesso à terra, às vazantes, aos cursos d'água e aos espaços coletivos fundamentais para a reprodução de seus modos de vida. A diminuição dessas áreas afeta diretamente atividades produtivas, práticas culturais e formas de sociabilidade construídas ao longo de gerações. (ANAYA, 2006).



Fonte: ARAÚJO, Ana Flávia Rocha de. Abril de 2025
Figuras 01 e 02: “Febre da Terra”

Além das restrições territoriais, os moradores denunciam os impactos decorrentes da pulverização de agrotóxicos realizada nas propriedades vizinhas. Segundo as narrativas, o uso intensivo desses produtos tem provocado o adoecimento de pessoas, animais e plantações, alterando significativamente a dinâmica ambiental local. Entre as narrativas mais recorrentes encontra-se a expressão "febre da terra", utilizada pelos moradores para descrever o enfraquecimento dos solos, a perda da fertilidade, o

adoecimento das plantas e a percepção de que a própria terra manifesta sinais de desgaste e sofrimento diante das transformações impostas pelo modelo agrícola predominante. Mais do que uma categoria descritiva, a "febre da terra" expressa uma leitura territorial do adoecimento, evidenciando a profunda conexão entre a saúde da comunidade e a saúde do ambiente em que vivem.

As memórias dos moradores também associam os problemas ambientais atuais aos impactos provocados pelo rompimento da barragem da mineradora em Brumadinho, ocorrido em 2019. Embora distante da comunidade, o desastre é frequentemente mencionado nas narrativas devido aos efeitos percebidos ao longo da bacia do Rio São Francisco. Os moradores relatam alterações nas águas, mudanças nas vazantes e dificuldades crescentes relacionadas ao uso dos recursos hídricos, elementos que integram o cotidiano e a identidade territorial da comunidade. Essas percepções revelam como os grandes desastres ambientais extrapolam os limites imediatos de sua ocorrência e passam a integrar as memórias coletivas de populações situadas em diferentes pontos da bacia hidrográfica.

Esses processos têm provocado modificações constantes nas dinâmicas sociais e culturais de Canabrava. Mudam-se as formas de plantar, de acessar os recursos naturais, de circular pelo território e até mesmo de transmitir conhecimentos às novas gerações. Contudo, paralelamente às pressões externas, fortalecem-se também as estratégias de organização comunitária, a mobilização em defesa dos direitos territoriais e a valorização das memórias coletivas como forma de reafirmação identitária e resistência.

Situação semelhante é observada na comunidade de Girau, localizadas no Vale do Jequitinhonha. Nesses territórios, o processo de encurralamento é associado principalmente à expansão das atividades minerárias e à crescente presença de grandes empresas interessadas na exploração dos recursos minerais da região. Os relatos dos moradores evidenciam a pressão constante para a venda de propriedades e territórios tradicionalmente ocupados, gerando insegurança, conflitos internos e tensões que afetam a organização social das comunidades.

A chegada dos empreendimentos minerários altera não apenas a paisagem física, mas também as relações comunitárias historicamente construídas. Muitos moradores destacam que as promessas de emprego e desenvolvimento frequentemente produzem divisões internas, fragilizando formas tradicionais de cooperação e solidariedade. Ao mesmo tempo, surgem preocupações relacionadas à permanência das famílias no

território e à continuidade dos modos de vida baseados na agricultura familiar, no uso compartilhado dos recursos naturais e nos vínculos comunitários.



Fonte: ARAÚJO, Ana Flávia Rocha de. Junho de 2025
Figuras 03 e 04: Comunidade do Girau/Transformação do Espaço

Entre os impactos mais recorrentes apontados pelas comunidades estão os problemas de saúde, especialmente doenças respiratórias associadas à intensa circulação de veículos, às detonações e à grande quantidade de poeira gerada pelas atividades minerárias. Os moradores relatam que a poeira invade as residências, cobre quintais, hortas, telhados e reservatórios de água, transformando profundamente os espaços e afetando a qualidade de vida das famílias. O ruído constante das máquinas e explosões também aparece nas narrativas como um elemento de perturbação permanente, alterando rotinas, provocando desconforto e produzindo uma sensação contínua de insegurança.

Diante dessas transformações, a comunidades de Girau têm buscado fortalecer suas formas de organização coletiva e reafirmar seus vínculos com o território. As memórias dos antigos moradores, os conhecimentos transmitidos entre gerações e as narrativas sobre a ocupação histórica das terras constituem importantes instrumentos de resistência frente aos processos de expropriação e desestruturação social. Nesse sentido, a memória deixa de ser apenas uma recordação do passado para se tornar uma prática política de defesa territorial, capaz de sustentar permanência e continuidade diante das múltiplas pressões exercidas pelo capital mineral e agroindustrial.

As experiências de Canabrava e Girau revelam que os conflitos contemporâneos não se restringem à disputa pelo acesso à terra. Eles envolvem também diferentes concepções de território, desenvolvimento e natureza. Enquanto os grandes empreendimentos enxergam o território como espaço de exploração econômica, as

comunidades tradicionais o compreendem como lugar de vida, memória, pertencimento e reprodução cultural. É justamente nessa disputa de sentidos que emergem as estratégias de resistência e permanência territorial que seguem garantindo a continuidade desses grupos em seus territórios historicamente construídos.

CONTEXTO HISTÓRICO E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

A implementação de projetos desenvolvimentistas, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, impulsionada pela criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e por diversos programas de investimento, caracterizou o processo de modernização do meio rural no Norte de Minas Gerais. Esse avanço resultou na limitação e descaracterização das práticas socioprodutivas de diferentes grupos sociais, principalmente devido à privatização de terras tradicionalmente ocupadas de forma coletiva e à crescente concentração fundiária, ocasionando impactos sociais e ambientais significativos para a região.

No final dos anos 50, começou a intervenção efetiva do Estado, através do investimento no problema da seca. (...) Com a criação da SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste- e a implementação de planos diretores começou uma expansão capitalista impulsionada pelo Estado. (...) Os governos Municipais, estadual e federal foram parceiros nos incentivos de produção e reprodução do capital no Norte de Minas, expandindo as empresas rurais e urbanas e explorando a força de trabalho humano. Na década de 70 o governo mineiro concedeu muitas áreas de propriedade estatal para empresas reflorestadoras, o que contribuiu para o êxodo rural. (PAULA et al, 2006, p.5)

A restrição no acesso a recursos naturais essenciais para a manutenção das atividades produtivas e reprodutivas dessas comunidades agravou as desigualdades socioeconômicas e intensificou as dificuldades enfrentadas pela população local. Nesse contexto, emergem conflitos relacionados à expansão de modelos produtivos baseados na agricultura e fruticultura irrigada, na monocultura do eucalipto, na pecuária extensiva e na monocultura do algodão, transformando a organização territorial e afetando diretamente os modos de vida das populações tradicionais.

A mercantilização dos recursos naturais intensificou processos como a migração forçada, a precarização do trabalho assalariado, a criminalização das reivindicações dos movimentos sociais e a expropriação de diversas famílias, uma vez que a concentração fundiária permaneceu inalterada. Esse modelo de desenvolvimento,

caracterizado pela exclusão social, impactou diretamente o bem-estar dos grupos locais, que historicamente possuíam formas próprias de apropriação e interação com a biodiversidade da região. Nesse contexto, a reprodução das unidades familiares passou a depender das estratégias criadas a partir dos recursos naturais ainda disponíveis.

A luta pela terra no Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha se intensificou diante desse cenário, gerando um ambiente marcado por resistência, restrições ambientais e desafios socioeconômicos. A expulsão de famílias pelos empreendimentos que se instalaram na região impulsionou a formação dos primeiros assentamentos rurais. Essas dinâmicas tiveram um impacto profundo na vida das populações camponesas, que passaram a se opor à expropriação promovida por empresas de reflorestamento e grandes fazendeiros, cujo objetivo era expandir a pecuária extensiva (FEITOSA; BARBOSA, 2006).

A modernização agrícola impactou diretamente as condições de vida dessas comunidades, alterando seus sistemas produtivos e sua relação com o território, configurando um processo de ruptura abrupta, como destaca Costa (2011). O autor também ressalta a remoção forçada de famílias de terras historicamente ocupadas por seus antepassados.

No mesmo sentido, Almeida (2004) discute as chamadas “terras tradicionalmente ocupadas”, vinculando-as às diversas formas de organização coletiva e às interações entre diferentes grupos sociais e os recursos naturais. Embora a Constituição de 1988 tenha reconhecido essas formações históricas, o autor enfatiza que o processo jurídico-formal envolveu tensões e disputas, uma vez que esse reconhecimento não atendeu plenamente às reivindicações dos Movimentos Sociais. Como consequência, muitos conflitos fundiários permaneceram sem resolução, dificultando o efetivo reconhecimento dos direitos étnicos. Nessa perspectiva, a territorialidade é compreendida como um elemento fundamental de identidade, resistência e coesão social, onde a base territorial comum se estrutura a partir de regras compartilhadas, laços de solidariedade e práticas de ajuda mútua (ALMEIDA, 2004, p. 10).

A relação entre homem/natureza é historicamente marcada por conflitos, o que impulsiona a ampliação de estudos e debates sobre essa temática. A busca por conciliar a escassez e os limites dos recursos naturais com as demandas crescentes da sociedade moderna apresenta desafios significativos. Esse embate se intensifica à medida

que diferentes grupos possuem distintas formas de percepção e apropriação dos bens naturais, refletindo modelos contrastantes de uso e exploração.

A apropriação dos recursos ocorre de maneira proporcional às necessidades constantemente ampliadas pelo próprio ser humano, o que acentua os desequilíbrios ambientais e sociais. Dessa forma, os impactos desse processo vão além da degradação ambiental, influenciando diretamente as dinâmicas econômicas e culturais, tornando essencial a busca por estratégias que conciliem desenvolvimento e sustentabilidade.

Através do território compreende-se a estrutura global da sociedade e a complexidade do seu uso. De acordo com Haesbaert (1999) “não há território sem algum tipo de identificação e valorização simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes”. Para o autor, a identidade social também pode ser definida a partir do território, dentro de uma relação de apropriação concreta objetiva ou subjetiva. Dessa forma, podemos considerar através das contextualizações teóricas e empíricas que o território ganha significado por meio de grupos sociais e das formas específicas de sua dominação (domínio, controle, produção, reprodução). (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Nesse sentido, Acselrad (2004) afirma que a utilização das técnicas pautam os diversos modos de uso do ambiente, assim como, as políticas configuram as relações de forças sociais e as dimensões simbólicas dizem respeito às representações dos diferentes grupos sociais sobre o ambiente. A partir dessa contextualização, o autor ressalta as diversas campanhas de modernização, que propagando um discurso ecológico que não efetivam, invadem as dinâmicas e modos de vida de povos e comunidades tradicionais com a finalidade de promover ganhos de eficiência e ativar mercados.

Para Lopes (2014, p. 5) não se trata de descaracterizar a necessidade de projetos sustentáveis para a economia nacional, “mas de refletir, se de fato, esse crescimento econômico está associado aos fatores de sustentabilidade socioambientais e se de fato tem beneficiado as populações locais, ou simplesmente aos grandes grupos econômicos”.

Compreende-se que os múltiplos usos dos recursos florestais e hídricos e a variedade de agentes sociais colaboram para evidenciar a complexidade dos fenômenos associados à sociodiversidade e as estratégias diferenciadas de povos tradicionais em face de seus direitos territoriais. “As oposições a estes usos, por interesses que pressionam o mercado de terras, evidenciam os inúmeros conflitos sociais por acesso a terras e água, que dispõem as comunidades tradicionais num cenário de incertezas face ao futuro”. (SILVA, 2014, p.4).

Tornou-se indispensável, então, à elaboração de uma matriz econômica que viabilizasse a sustentabilidade ambiental, econômica e social. A alternativa encontrada foi à formulação, na década de oitenta, de uma nova concepção de desenvolvimento para a humanidade, denominada desenvolvimento sustentável. Com a estruturação teórica do novo modelo foi possível a percepção da coexistência de duas realidades contrapostas no mundo. De um lado, a promoção do clássico crescimento econômico a qualquer custo, e de outro, a proposição de um desenvolvimento com sustentabilidade, não somente dos recursos naturais, mas da própria humanidade. Na década de 1990 o termo desenvolvimento sustentável se consagrou como um campo de reconhecimento da crise socioambiental mundial. (BRITO, 2011, p.3).

Para Brito (2011) a proposta do modelo baseado na sustentabilidade surge em meio aos intensos debates e críticas predominante ao modelo econômico ortodoxo. Segundo o autor, “o novo paradigma é balizado na sustentabilidade ambiental e vislumbra um desenvolvimento que permite harmonizar o progresso humano com os limites que os recursos naturais determinam” (BRITO, 2011, P. 4).

Através deste contexto de sustentabilidade, de novas concepções e novas formas de visualizar o “todo”, surgem também novas técnicas e dinâmicas de apreensão e entendimento do território e da forma como é concebido/abstraído pelas comunidades tradicionais, surgindo assim uma cartografia.

De acordo Acselrad (2010) “quando as comunidades pensam em fazer sua própria cartografia, elas não estão pretendendo simplesmente retratar o espaço físico, mas afirmar seus modos de vida” (ACSELRAD, 2010, p.5). Apesar dos diversos contextos e fenômenos internos, o território enquanto “lugar da vida” e da produção/reprodução é que está em jogo para estes sujeitos sociais.

A noção de mapeamento participativo surge, porém, com a marca de uma ambiguidade: construída para dar a palavra às comunidades de base e grupos desfavorecidos – integrando, inclusive, segundo alguns, um projeto territorializado de contra-cultura política – sua realização mostra-se dependente da estrutura de poder na qual ele se instaura. No vasto espectro de experiências conhecidas no mundo, podemos verificar que elas podem estar associadas à afirmação identitária e territorial de grupos subalternos, assim como à fundamentação cognitiva da gestão racional de recursos naturais, a mecanismos de explicitação de conflitos sócio-ambientais e ambientais ou a formas de antecipação dos mesmos para fins de controle estatal do território. (ACSELRAD, 2010, p. 6).

Apreende-se que o campo da cartografia social evidencia a existência de disputas epistemológicas “por meio das quais os grupos sociais reivindicam formas

próprias de conceber o território e suas representações, utilizando-se das técnicas convencionais da cartografia em sua ação política” (VIÉGAS, 2010, P.17).

As experiências de Canabrava, no Norte de Minas Gerais, e da comunidade de Girau, no Vale do Jequitinhonha, demonstram que os processos de encurralamento territorial não produzem apenas vulnerabilidades e perdas. Eles também impulsionam a construção de estratégias coletivas de resistência que buscam garantir a permanência das famílias em seus territórios, mesmo diante das crescentes pressões exercidas pelo agronegócio e pela mineração.

Em Canabrava, a organização comunitária tem se fortalecido nos últimos anos por meio da mobilização em defesa do território e dos modos de vida tradicionais. Uma importante conquista desse processo foi a obtenção do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), instrumento que reconhece o direito de uso coletivo do território pelas comunidades tradicionais. Mais do que um reconhecimento jurídico, a conquista da TAUS representa o resultado de uma longa trajetória de organização, articulação política e construção coletiva de estratégias voltadas à permanência territorial. Atualmente, a comunidade vivencia um momento de reorganização interna, buscando adequar suas formas de gestão e uso do território às novas possibilidades abertas por essa conquista, ao mesmo tempo em que enfrenta os desafios cotidianos impostos pelo avanço do agronegócio.

No Vale do Jequitinhonha, a comunidade de Girau também têm construído importantes formas de resistência frente à expansão da mineração. A participação em audiências públicas, a articulação com movimentos sociais, universidades e instituições de apoio, bem como a construção de espaços de diálogo e denúncia, têm possibilitado que essas comunidades ampliem sua visibilidade e fortaleçam suas reivindicações em defesa dos territórios. Embora os conflitos permaneçam presentes, tais mobilizações têm contribuído para garantir a permanência das famílias em suas localidades e para reafirmar a legitimidade de suas formas de ocupação e uso do território.

Entretanto, a resistência não se limita às formas mais visíveis de mobilização política. Em ambas as regiões, emerge uma estratégia historicamente presente nas trajetórias das famílias: a migração. Diferentemente das interpretações que associam os deslocamentos apenas aos processos de expulsão ou ruptura dos vínculos territoriais, as narrativas dos moradores revelam que migrar constitui, muitas vezes, uma forma de permanecer. Os deslocamentos temporários para o trabalho em outras regiões permitem que as famílias obtenham recursos econômicos necessários para manter suas casas,

sustentar a produção agrícola, investir na educação dos filhos e preservar seus vínculos com os territórios de origem.

Essa dinâmica aproxima-se das reflexões de autores como Sayad (1998), para quem a migração deve ser compreendida como um fato social total, envolvendo simultaneamente dimensões econômicas, políticas, culturais e afetivas. O migrante não rompe necessariamente seus laços com o local de origem; ao contrário, frequentemente constrói sua experiência de mobilidade a partir da manutenção desses vínculos. A migração passa a integrar as estratégias familiares de reprodução social, constituindo-se como parte da própria dinâmica territorial.

Nesse sentido, os deslocamentos observados entre os moradores de Canabrava e Girau podem ser interpretados à luz das discussões sobre territorialidades múltiplas propostas por Haesbaert (2004). Ao circular entre diferentes espaços de trabalho e moradia, os sujeitos não abandonam seus territórios de origem, mas ampliam suas formas de pertencimento e constroem redes que conectam lugares distintos. A mobilidade torna-se, portanto, uma prática que fortalece, e não necessariamente enfraquece, os vínculos territoriais.

Ao mesmo tempo, as trajetórias migratórias evidenciam aquilo que Woortmann (1990) identificou como estratégias camponesas de reprodução da vida. Diante das limitações impostas pelo acesso desigual à terra, pela escassez de recursos e pelas transformações econômicas, as famílias desenvolvem mecanismos que combinam agricultura, trabalho assalariado, migração e solidariedade familiar. Tais estratégias não têm como objetivo abandonar o território, mas criar condições para nele permanecer.

Nas comunidades estudadas, essa lógica é constantemente reafirmada pelos moradores. Os recursos obtidos por meio da migração são frequentemente reinvestidos nos próprios territórios, contribuindo para a manutenção das unidades familiares, para a construção de moradias, para a aquisição de equipamentos produtivos e para o fortalecimento das redes de parentesco. Assim, migrar não representa uma negação do pertencimento territorial, mas uma forma de garantir sua continuidade.

Dessa maneira, as experiências de Canabrava e Girau revelam que a permanência territorial não pode ser compreendida apenas como imobilidade. Permanecer também envolve deslocar-se, construir redes, acessar novos espaços e mobilizar recursos externos em favor da reprodução da vida comunitária. A migração, longe de representar o fracasso da resistência, constitui uma de suas expressões mais significativas, permitindo que as famílias enfrentem as pressões impostas pelos grandes empreendimentos sem romper

completamente seus vínculos com os territórios. Nesse contexto, a resistência assume múltiplas formas: jurídicas, políticas, organizativas e migratórias; que, articuladas, sustentam a continuidade dos modos de vida e das territorialidades tradicionais diante dos processos contemporâneos de expropriação e encurralamento territorial.

Outro aspecto fundamental observado tanto em Canabrava quanto em Girau refere-se à construção de processos de cartografia social como instrumento de fortalecimento das lutas territoriais. Mais do que uma simples representação espacial, a cartografia social tem possibilitado que as próprias comunidades produzam narrativas sobre seus territórios, identifiquem áreas de uso tradicional, registrem memórias coletivas e tornem visíveis conflitos que, muitas vezes, permanecem invisibilizados pelos discursos oficiais de desenvolvimento.

Nesse processo, mapear o território significa também reafirmar formas de pertencimento e reconhecer a historicidade da ocupação comunitária. Ao registrar vazantes, áreas de cultivo, nascentes, caminhos tradicionais, locais de celebração, espaços de uso comum e áreas afetadas pelos empreendimentos, as comunidades constroem instrumentos que fortalecem suas reivindicações territoriais e contribuem para a defesa de seus direitos. Como destacam Acseirad (2013) e Almeida (2018), a cartografia social constitui uma prática política que possibilita aos grupos tradicionalmente marginalizados produzirem suas próprias leituras sobre o território, confrontando representações elaboradas por agentes externos e pelos grandes projetos econômicos.

Em Canabrava, a cartografia social tem contribuído para evidenciar os impactos provocados pelo avanço do agronegócio, pelo cercamento das áreas tradicionalmente utilizadas pela comunidade e pelas transformações ocorridas nas vazantes e nos recursos hídricos. O mapeamento coletivo permitiu registrar elementos fundamentais da memória territorial dos moradores, fortalecendo os processos de organização comunitária e de reivindicação de direitos, especialmente no contexto da conquista da TAUS e das discussões sobre a gestão do território.

Na comunidade de Girau, a cartografia social também tem desempenhado papel relevante ao documentar os impactos da mineração sobre os espaços de vida comunitária. Dessa forma, a cartografia social transforma-se em uma ferramenta de denúncia, mobilização e resistência, permitindo que as comunidades expressem suas próprias percepções acerca das mudanças em curso.

Ao articular memória, território e participação coletiva, a cartografia social fortalece os processos de resistência observados nas comunidades estudadas. Os mapas

produzidos coletivamente tornam-se registros da presença histórica desses grupos, evidenciando que seus territórios não são espaços vazios ou disponíveis para a expansão de grandes empreendimentos, mas territórios vivos, construídos por gerações de homens e mulheres que neles desenvolveram suas formas de trabalho, sociabilidade, cultura e pertencimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências analisadas neste artigo evidenciam que os processos de expansão do agronegócio e da mineração no Norte de Minas Gerais e no Vale do Jequitinhonha produzem profundas transformações territoriais, ambientais e socioculturais, afetando diretamente os modos de vida das comunidades tradicionais. O avanço desses empreendimentos tem intensificado o chamado "encurralamento" territorial, restringindo o acesso à terra, à água e aos recursos naturais historicamente utilizados pelas populações locais, além de provocar impactos sobre a saúde, o ambiente e as formas de organização comunitária.

Entretanto, os casos de Canabrava e Girau demonstram que esses processos não resultam apenas em perdas ou vulnerabilidades. As comunidades têm construído diferentes estratégias de resistência e permanência territorial, mobilizando memórias coletivas, conhecimentos tradicionais e formas de organização social capazes de enfrentar os desafios impostos pelos grandes empreendimentos. Nesse contexto, a memória emerge como elemento central na reafirmação das identidades coletivas, na defesa dos territórios e na transmissão de saberes que sustentam a continuidade dos modos de vida comunitários.

As mobilizações em torno da conquista de direitos territoriais, da participação em audiências públicas, da construção de alianças institucionais e da elaboração de cartografias sociais revelam a capacidade dessas comunidades de produzir respostas coletivas diante das ameaças que incidem sobre seus territórios. A cartografia social, em especial, tem se consolidado como importante ferramenta de visibilização dos conflitos, registro das memórias territoriais e fortalecimento das reivindicações políticas, permitindo que os próprios moradores construam narrativas sobre seus espaços de vida e suas histórias de ocupação.

Outro aspecto fundamental evidenciado pela pesquisa refere-se à migração. Longe de representar apenas um processo de ruptura ou abandono do território, os deslocamentos

realizados pelos moradores constituem estratégias de reprodução social e permanência territorial. Os recursos obtidos por meio da mobilidade possibilitam a manutenção das famílias, o fortalecimento das unidades produtivas e a continuidade dos vínculos com as comunidades de origem. Nesse sentido, os casos analisados permitem compreender a migração não como negação do pertencimento territorial, mas como uma das múltiplas estratégias mobilizadas para garantir a permanência nos territórios.

Os resultados da pesquisa reforçam a necessidade de compreender os territórios tradicionais para além de sua dimensão fundiária ou produtiva. Trata-se de espaços onde se articulam memória, identidade, trabalho, pertencimento e projetos coletivos de futuro. As disputas observadas em Canabrava e Girau revelam que os conflitos contemporâneos envolvem não apenas o controle dos recursos naturais, mas também diferentes concepções de desenvolvimento e distintas formas de relação com a terra e a natureza.

A permanência territorial dessas comunidades não decorre da ausência de conflitos ou transformações, mas da capacidade de reinventarem continuamente estratégias de resistência diante dos processos de expropriação e desterritorialização. Entre memórias, mobilizações, cartografias sociais e trajetórias migratórias, homens e mulheres seguem produzindo formas de coexistência e reexistência que reafirmam seus vínculos com o território e demonstram que permanecer, muitas vezes, significa também resistir, mover-se e reconstruir cotidianamente as condições de continuidade da vida comunitária.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, Henri. *Cartografia social, terra e território*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.

ALMEIDA, A. W. B. de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA et al. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais no Brasil: novos significados do território e da cidadania*. Manaus: UEA Edições, 2018.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais*. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ANAYA, Felisa et al. *Desenvolvimento e conflitos socioambientais no Norte de Minas*. Montes Claros: UNIMONTES, 2006.

CAVALCANTI, José Carlos. *Desenvolvimento, Território e Sustentabilidade: Os Desafios da Globalização*. Annablume, 2010.

DAYRELL, Carlos Alberto. *Geraizeiros e biodiversidade no Norte de Minas Gerais*. Montes Claros: CAA/NM, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Sociais: Contribuições Teóricas para uma Leitura da Luta pela Terra*. Revista NERA, 1999.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade. Bertrand Brasil, 2004. In: ALMEIDA, A. W. B. de. *Museus indígenas e quilombolas: centros de ciências e saberes*. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2017.

HAESBAERT, Rogério. *Território e multiterritorialidade: um debate*. GEOgraphia, v. 9, n. 17, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

LITTLE, Paul. *Megaempreendimentos e resistência: impactos sobre terras e populações na Amazônia*. Editora UnB, 2001.

MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993. (Muito útil para discutir deslocamentos, fronteiras e transformações sociais no campo.)

PACHECO DE OLIVEIRA, J. Uma etnologia dos índios misturados Situação histórica, territorialização e fluxos culturais. *Mana: estudos de antropologia social*. PPGAS-MN-UFRJ. n. 4/1. 1998.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

POZO, Ovídio. *A dinâmica das comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais*. Montes Claros: CAA/NM, 2002.

RODRIGUES, Luciene. *Investimentos agrários e a redefinição do espaço regional: a implantação dos reflorestamentos no Norte de Minas Gerais*. Tese (Doutorado), USP, 2000.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Garamond, 2002.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SCOTT, James C. *A Arte de Não Ser Governado: Povos e Resistência na Ásia do Sudeste*. Editora UNESP, 2011.

WOORTMANN, Klaas. "Com parente não se negueia": o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico*, Brasília, n. 87, p. 11-73, 1990.